

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>TEMÁTICA DA AUDIÊNCIA TRABALHISTA .....</b>	<b>43</b>
1.1. Temas importantes no estudo da audiência trabalhista .....	43
1.2. Princípios fundamentais do processo brasileiro .....	45
1.2.1. Princípio do acesso à justiça .....	47
1.2.2. Princípio do devido processo legal .....	47
1.2.3. Princípio da efetividade .....	49
1.3. Fundamentos e princípios específicos do processo do trabalho .....	50
1.3.1. O princípio da proteção e suas especificidades .....	52
1.3.2. O princípio inquisitivo .....	55
1.3.3. Outros princípios do processo do trabalho .....	56
1.4. O princípio da oralidade como ideia-matriz .....	58
1.4.1. Princípio do predomínio da palavra falada .....	62
1.4.2. Princípio da imediatidade .....	64
1.4.3. Princípio da concentração dos atos processuais .....	66
1.4.4. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias .....	67
1.5. Princípio da primazia da solução consensual .....	70
1.6. Amplos poderes de condução da audiência pelo juiz do trabalho .....	72
1.7. Conjunto de temas recorrentes na audiência trabalhista .....	74
A) Na tentativa conciliatória .....	74
B) Nas formas de reposta do reclamado .....	76
C) Nos incidentes processuais .....	77
D) Na coleta das provas .....	78
1.8. “Etapas” da audiência trabalhista .....	80
1ª) A preparação, para o juiz e para os advogados .....	80
2ª) O pregão: em qual lado sentar-se à mesa de audiências? .....	82
3ª) A qualificação das partes .....	83

4ª) A tentativa conciliatória .....	84
5ª) O recebimento da defesa.....	85
6ª) A impugnação ou réplica.....	87
7ª) A produção da prova oral.....	88
8ª) As razões finais.....	89
9ª) A última proposta de acordo .....	89
10ª) O julgamento da demanda .....	90
1.9. Verificação de aprendizagem.....	91

## **Capítulo 2**

### **AUDIÊNCIA TRABALHISTA: A VISÃO DO JUIZ E A VISÃO DO ADVOGADO ..... 93**

2.1. Audiência trabalhista: aspectos “sensitivos” .....	93
2.1.1. A audiência trabalhista como uma experiência “sensitiva” .....	93
2.1.2. A necessidade de uma elevada carga de humanidade .....	96
2.1.3. A chamada lide sociológica .....	98
2.1.4. O juiz como diretor de uma peça teatral dramática.....	101
2.1.5. Os advogados como atores principais da audiência trabalhista.....	105
2.2. Audiência trabalhista: aspectos técnicos.....	111
2.2.1. Audiência ou sessão? .....	111
2.2.2. Publicidade da audiência trabalhista.....	116
2.2.3. Local, horário e duração das audiências.....	118
2.2.4. Local das audiências por videoconferência e telepresencial.....	120
2.2.5. Organização da pauta de audiências.....	121
2.2.6. Audiência inicial ou uma: primeiros passos .....	125
A) Verificação das notificações iniciais .....	125
B) Atenção ao pregão.....	127
C) Efeitos jurídicos no atraso das partes .....	129
D) Atraso do juiz – o que fazer? .....	135
2.2.7. Ata de audiência e poder de polícia.....	138
2.3. Verificação de aprendizagem.....	141

## **Capítulo 3**

### **REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL NA AUDIÊNCIA TRABALHISTA ..... 143**

3.1. Representação dos trabalhadores.....	143
3.1.1. Em reclamações individuais.....	143
3.1.2. Quando o reclamante está preso .....	146
3.1.3. Representação de trabalhadores incapazes.....	147
3.1.4. Nas reclamações plúrimas .....	147
3.1.5. Em ações coletivas .....	148

3.1.6.	Representação do espólio do trabalhador.....	150
3.2.	Representação dos empregadores.....	152
3.2.1.	Representação por preposto .....	152
3.2.2.	O advogado pode atuar como preposto?.....	156
3.2.3.	Representação da Administração Pública.....	160
3.2.4.	Outras representações de reclamados.....	161
3.3.	Representação por advogado e comprovação do mandato.....	162
3.4.	Intervenção do MPT nas audiências trabalhistas.....	166
3.5.	Verificação de aprendizagem.....	169

#### **Capítulo 4**

<b>TENTATIVA CONCILIATÓRIA E CELEBRAÇÃO DE ACORDOS.....</b>	<b>171</b>
4.1. Novo paradigma do processo brasileiro.....	171
4.2. Técnicas fundamentais para a conciliação: cálculo das verbas.....	173
1ª) Verbas rescisórias .....	175
2ª) Horas extras .....	175
3ª) Adicional de insalubridade .....	176
4ª) Acúmulo de função ou equiparação salarial .....	176
5ª) Indenização de dano moral .....	177
6ª) Acidente do trabalho .....	177
4.3. Técnica do diálogo prévio: avaliação dos riscos.....	179
4.4. Técnica do acolhimento: criar um ambiente propício.....	181
4.5. Técnicas para uma boa dinâmica conciliatória.....	183
1ª) Aproximação das propostas distantes .....	183
2ª) Avaliação dos riscos de cada uma das partes .....	183
3ª) Adiamento da audiência .....	184
4ª) Conversar com os litigantes em separado .....	184
5ª) Total para o reclamante x parcelamento para o reclamado .....	184
6ª) Técnicas não consensuais .....	185
7ª) Extensão da conciliação .....	186
8ª) Suspensão do processo se o tomador não concorda .....	186
9ª) Acordo sem anuência do advogado .....	187
4.6. Quitação no acordo judicial.....	188
4.7. Acordo por mera liberalidade.....	189
4.8. Acordo parcial.....	192
4.9. Audiência para ratificação do acordo.....	193
4.10. Audiência para análise de acordo extrajudicial.....	194
4.11. Audiência de conciliação na fase recursal .....	198
4.12. Audiência de tentativa conciliatória na fase de liquidação .....	200

4.13. Audiência de tentativa conciliatória na fase de execução.....	200
4.14. Efeitos da sentença homologatória de acordo.....	203
A) A irrecorribilidade da decisão .....	204
B) Recorribilidade para a União.....	205
C) A necessária discriminação das verbas.....	206
D) A necessidade de recolhimento previdenciário .....	208
E) Outros efeitos secundários dessa decisão.....	209
4.15. Verificação de aprendizagem.....	210

### **Capítulo 5**

<b>AUDIÊNCIA INICIAL OU UNA: EVENTOS OU INCIDENTES .....</b>	<b>213</b>
5.1. Arquivamento da reclamação trabalhista.....	213
5.2. Revelia do reclamado.....	217
5.3. Adiamento da audiência .....	223
5.3.1. A requerimento de uma das partes .....	223
5.3.2. A requerimento conjunto.....	225
5.3.3. Por vícios ou falta de comunicações processuais .....	226
5.3.4. Por inobservância do prazo legal .....	227
5.3.5. Por determinação judicial .....	228
5.4. Aditamento, alteração e emenda da petição inicial .....	229
5.4.1. Marcos intransponíveis para esses institutos.....	230
5.4.1.1. No processo civil .....	230
5.4.1.2. No processo do trabalho .....	231
5.5. Desistência do reclamante: custas e sucumbência .....	233
5.6. Respostas do reclamado .....	235
5.6.1. Exceção de incompetência territorial .....	236
5.6.2. Contestação.....	237
5.6.3. Reconvenção .....	239
5.7. Réplica .....	241
5.8. Audiência de instrução em prosseguimento .....	242
5.9. Verificação de aprendizagem.....	244

### **Capítulo 6**

<b>AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E TEORIA GERAL DA PROVA.....</b>	<b>245</b>
6.1. Audiência de instrução e a prova oral .....	245
6.2. Conceito, finalidade e objeto da prova.....	247
6.3. Regras de hermenêutica a respeito da prova.....	248
6.3.1. Prova-se o fato e não o direito.....	249
6.3.2. O ônus da prova incumbe a quem alega o fato.....	251

6.3.3.	Fatos que independem de prova .....	252
6.4.	Princípios específicos da teoria geral da prova .....	254
6.4.1.	Princípio inquisitivo.....	254
6.4.2.	Princípio da aquisição ou comunhão da prova .....	256
6.4.3.	Princípio da unidade da prova .....	257
6.4.4.	Princípio do convencimento motivado .....	258
6.4.5.	Princípio da livre admissibilidade da prova .....	260
6.4.6.	Princípio da proibição da prova ilícita: o precedente do HC n. 74.678-1.....	262
6.5.	Meios de prova.....	271
A)	Depoimento pessoal e interrogatório.....	273
B)	Confissão.....	274
C)	Prova testemunhal.....	274
D)	Ata notarial .....	275
E)	Documentos eletrônicos.....	276
F)	Prova documental.....	277
G)	Prova pericial.....	279
H)	Inspeção judicial .....	282
I)	Presunções e máximas de experiência .....	283
J)	Prova emprestada .....	283
K)	Prova digital.....	284
6.6.	A prova emprestada na audiência trabalhista .....	284
6.6.1.	Observância do contraditório e da ampla defesa .....	284
6.6.2.	Meios de prova e natureza jurídica .....	287
6.6.3.	Contra quem se admite a prova emprestada? .....	288
6.7.	A prova digital .....	290
6.7.1.	Considerações iniciais sobre a prova digital.....	290
6.7.2.	Prova digital: do que se trata?.....	292
6.7.3.	A natureza jurídica das provas digitais .....	298
6.7.4.	Requisitos de validade da prova digital .....	302
6.8.	Verificação de aprendizagem.....	312
<b>Capítulo 7</b>		
<b>TEORIA GERAL DO ÔNUS DA PROVA.....</b>		<b>313</b>
7.1.	Noção de ônus da prova .....	313
7.2.	Análise crítica da doutrina trabalhista .....	314
7.3.	O <i>iter</i> proposto.....	319
7.3.1.	O art. 374 do CPC/2015.....	319
7.3.2.	O art. 375 do CPC/2015 .....	323

7.3.3.	A definição do ônus da prova .....	324
7.3.4.	A natureza dos fatos controvertidos.....	325
7.3.4.1.	As regras objetivas de definição do ônus da prova .....	327
7.3.4.2.	A doutrina dos fatos contrapostos .....	330
7.4.	Momento da definição do ônus da prova .....	334
7.5.	Ônus subjetivo e ônus objetivo – a questão da prova “dividida” .....	338
7.6.	A inversão do ônus da prova .....	341
7.6.1.	Princípios que autorizam a inversão do ônus da prova .....	346
7.6.2.	O Código de Proteção e Defesa do Consumidor .....	348
7.6.3.	Princípio da aptidão para a prova .....	350
7.7.	Momento da inversão do ônus da prova .....	351
7.8.	Síntese conclusiva até esta parte .....	355
7.9.	A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova .....	356
7.9.1.	Aplicação dessa teoria no processo do trabalho .....	360
7.9.2.	A Lei da Reforma Trabalhista .....	362
7.10.	Casuística sobre ônus da prova .....	366
7.10.1.	Vínculo de emprego .....	366
7.10.2.	Acidente do trabalho .....	368
7.10.3.	Equiparação salarial .....	370
7.10.4.	Acúmulo e desvio de função .....	370
7.10.5.	Insalubridade e periculosidade .....	371
7.10.6.	Jornada de trabalho .....	371
7.10.7.	Justa causa .....	372
7.10.8.	Rescisão indireta .....	372
7.10.9.	Dano moral.....	373
7.10.10.	Assédio moral e sexual .....	373
7.10.11.	Responsabilidade do tomador de serviços .....	374
7.10.12.	Responsabilidade do ente público: a Lei n. 14.133/2021.....	375
7.10.13.	COVID-19 .....	379
7.10.13.1.	A COVID-19 como doença “endêmica” – pandêmica .....	381
7.10.13.2.	A COVID-19 como doença do trabalho: ônus da prova.....	384
7.10.14.	Breves considerações sobre as provas digitais.....	387
7.10.15.	Últimas considerações sobre a casuística .....	389
7.11.	Súmulas do TST a respeito de presunções e ônus da prova .....	390
7.11.1.	Súmula n. 6, VIII .....	391
7.11.2.	Súmula n. 12 .....	392
7.11.3.	Súmula n. 32 .....	392
7.11.4.	Súmula n. 43 .....	393
7.11.5.	Súmula n. 212 .....	394

7.11.6. Súmula n. 287 .....	395
7.11.7. Súmula n. 338 .....	397
7.11.8. Súmula n. 443: a Lei n. 14.289/2022.....	401
7.11.9. Súmula n. 460 .....	402
7.11.10. Súmula n. 461 .....	404
7.12. Jurisprudência do TST a respeito da temática.....	405
7.13. Verificação de aprendizagem.....	410

**Capítulo 8**

<b>TÉCNICAS NA PRODUÇÃO DA PROVA ORAL .....</b>	<b>413</b>
8.1. Atenção aos fatos que dependem de provas .....	413
8.2. O juiz pode coletar prova de fatos periféricos .....	414
8.3. O advogado deve “ir direto ao ponto”: técnicas adequadas.....	416
1ª) Técnica do interrogatório direto .....	417
2ª) Técnica do contrainterrogatório .....	418
3ª) Não formular perguntas indutivas.....	420
4ª) Evitar a testemunha de reforço .....	421
5ª) Não prosseguir em situação desfavorável .....	422
6ª) Tomar cuidado com a “síndrome” da última pergunta .....	423
8.4. Indeferimento x Protesto: prova complementar e ônus da prova.....	423
8.5. Momento oportuno para a produção da prova .....	426
8.6. Regras especiais para essa produção: os poderes do juiz .....	427
8.6.1. Provas excessivas, impertinentes ou protelatórias.....	428
8.6.2. Alteração da ordem dos depoimentos.....	429
8.6.3. O aparte do advogado.....	430
8.6.4. Resumo dos depoimentos .....	431
8.7. Verificação de aprendizagem.....	432

**Capítulo 9**

<b>DEPOIMENTO PESSOAL E INTERROGATÓRIO .....</b>	<b>433</b>
9.1. Depoimento pessoal x Interrogatório .....	433
9.2. Depoimento pessoal e princípio do contraditório .....	435
9.3. Incomunicabilidade dos depoentes .....	437
9.4. Técnicas de perguntação durante o depoimento pessoal .....	439
9.5. Escusa x recusa a depoimento.....	442
9.6. Depoimento pessoal por precatória ou videoconferência .....	444
9.7. Verificação de aprendizagem.....	447

**Capítulo 10**

<b>CONFISSÃO REAL E CONFISSÃO FICTA .....</b>	<b>449</b>
10.1. Conceito e natureza jurídica da confissão.....	449

10.2. Espécies de confissão.....	450
10.3. Confissão real.....	451
10.3.1. Efeitos da confissão real.....	453
10.3.2. Indivisibilidade da confissão.....	456
10.3.3. Outras questões na temática da confissão: anulação.....	457
10.4. Confissão ficta.....	459
10.4.1. Efeitos da confissão ficta.....	461
10.4.2. Desconhecimento dos fatos pelo preposto.....	464
10.4.3. Outras questões relacionadas à confissão ficta.....	466
10.4.4. Confissão ficta no litisconsórcio e do ente público.....	469
10.4.5. Ausência de ambas as partes: presença só do advogado.....	471
10.5. Verificação de aprendizagem.....	473
<b>Capítulo 11</b>	
<b>PROVA TESTEMUNHAL.....</b>	<b>475</b>
11.1. Conceito e importância: prova sensorial.....	475
11.2. Admissibilidade da prova testemunhal.....	477
11.2.1. Questões práticas sobre essa admissibilidade.....	479
11.2.2. Questões relacionadas às presunções.....	482
11.3. Rol e número máximo de testemunhas.....	483
11.4. Outras questões práticas a respeito da prova testemunhal.....	486
11.4.1. Substituição de testemunhas.....	488
11.4.2. O juiz arrolado como testemunha.....	490
11.4.3. Oitiva de testemunhas por precatória ou videoconferência.....	491
11.5. Comparecimento e intimação das testemunhas.....	494
11.5.1. Intimação pelo advogado.....	498
11.5.2. Comprovação do convite ou da intimação.....	500
11.5.3. Intimação pelo juízo.....	501
11.5.4. Condução coercitiva das testemunhas.....	502
11.6. Dever legal de testemunhar: um serviço público.....	503
11.7. Recusa x escusa ao depoimento testemunhal.....	505
11.8. A garantia de indenidade à testemunha.....	507
11.9. Despesas de comparecimento.....	511
11.10. Produção da prova testemunhal.....	514
11.10.1. Gravação e transcrição dos depoimentos testemunhais.....	514
11.10.2. Ordem dos depoimentos e adiamento da audiência.....	518
11.10.3. Qualificação das testemunhas – quem pode ser?.....	521
11.10.4. Contradita de testemunhas.....	523
11.10.4.1. Contradita por incapacidade.....	524

11.10.4.2. Contradita por impedimento.....	529
11.10.4.3. Contradita por suspeição .....	533
11.10.4.4. Testemunha que possui ação em face do reclamado.....	536
11.10.4.5. Momento adequado para a contradita .....	539
11.10.4.6. Produção de prova na contradita .....	541
11.10.5. Compromisso legal .....	544
11.10.6. Inquirição e reinquirição das testemunhas .....	546
11.10.6.1. Técnicas de inquirição e reinquirição .....	550
11.10.6.2. O que (não) perguntar à testemunha? .....	553
11.10.7. Incomunicabilidade das testemunhas .....	556
11.10.8. Registro do depoimento das testemunhas.....	558
11.10.9. Testemunha referida e acareação de testemunhas – a prova “dividida” ....	560
11.10.10. Valoração da prova testemunhal .....	567
11.10.11. Penalidades à testemunha mentirosa .....	570
11.10.11.1. Caracterização do falso testemunho .....	574
11.10.11.2. Prisão da testemunha .....	576
11.11. Verificação de aprendizagem.....	577
<b>Capítulo 12</b>	
<b>AUDIÊNCIAS ESPECIAIS: CONSIGNAÇÃO E ACP .....</b>	<b>581</b>
12.1. Considerações iniciais.....	581
12.2. Audiência na ação de consignação em pagamento .....	582
12.3. Audiência na ação civil pública .....	586
12.3.1. A ação civil pública trabalhista .....	586
12.3.2. Peculiaridades dessa audiência.....	587
12.4. Audiência nos embargos à execução e de terceiro .....	589
12.5. Verificação de aprendizagem.....	592
<b>Capítulo 13</b>	
<b>AUDIÊNCIAS POR VIDEOCONFERÊNCIA E TELEPRESENCIAL .....</b>	<b>593</b>
13.1. Audiência por videoconferência.....	593
13.1.1. Audiência por videoconferência: Resolução n. 354 do CNJ.....	599
13.1.2. Audiência por videoconferência: Provimento CGJT n. 01/2021 .....	602
13.2. Audiência telepresencial, em regime extraordinário .....	607
13.3. Obrigatoriedade de participação das partes e advogados .....	611
13.3.1. Problemas técnicos para a participação .....	611
A) Dificuldade de acesso digital .....	611
B) Falta de local apropriado.....	612
C) Necessidade de isolamento social.....	613

D) Dificuldade de acesso à documentação.....	614
13.3.2. Problemas pessoais para a participação.....	615
A) Temor ao juiz, principalmente se houver problemas técnicos .....	615
B) Privacidade do lar.....	616
C) Intimidade de pessoas que residem na casa.....	617
13.4. Princípios aplicáveis às audiências telepresenciais.....	618
13.4.1. Princípios fundamentais (gerais) aplicáveis .....	618
13.4.2. Princípios específicos (uma teoria em construção) .....	624
13.4.2.1. Princípio da igualdade digital: Res. n. 314/2020 do CNJ .....	626
13.4.2.2. Princípio da aptidão digital: Recomendação n. 101 do CNJ.....	633
13.4.2.3. Princípio da segurança jurídica digital.....	636
13.5. Audiências inicial e de tentativa conciliatória telepresenciais.....	638
13.5.1. Questões práticas: atrasos, arquivamento e revelia .....	642
13.5.2. Questões práticas: vestimenta e problemas técnicos – Ato n. 4 da CGJT .....	644
13.6. Audiências una e de instrução telepresencial .....	647
13.6.1. Audiência de instrução telepresencial e acesso digital.....	647
13.6.2. Segurança quanto aos depoimentos: a incomunicabilidade .....	652
13.6.3. Outras questões: intimação e dever legal de depor .....	656
13.6.4. A contradita virtual e o depoimento da testemunha .....	657
13.6.5. O registro dos depoimentos: a minutagem – Ato n. 45 e Resolução n. 313 do CSJT .....	659
13.6.6. Acareação, penalidades e valoração da prova.....	665
13.7. Negócio jurídico processual e instrução virtual.....	667
13.7.1. Amplo campo de aplicação no processo civil .....	668
13.7.2. Incompatibilidade com o processo do trabalho .....	671
13.7.3. Admissão, no negócio jurídico processual tripartite.....	674
13.8. Retorno às atividades presenciais – a Consulta Administrativa n. 0000077- 85.2023.2.00.0500 .....	677
13.9. Verificação de aprendizagem.....	685

#### **Capítulo 14**

<b>JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA A RESPEITO DE ÔNUS DA PROVA .....</b>	<b>687</b>
14.1. O ônus da prova como fator decisivo em diversos processos.....	687
14.2. O ônus da prova na jurisprudência do tst .....	688
14.2.1. Ônus da prova e vínculo de emprego.....	688
14.2.2. Ônus da prova em ação de motorista de aplicativo.....	692
14.2.3. Ônus da prova e responsabilidade subsidiária do tomador de serviços...	699
14.2.4. Ônus da prova e responsabilidade subsidiária da Administração Pública ...	701
14.2.5. Ônus da prova e alegação de salário “por fora” .....	708

14.2.6. Ônus da prova e questões remuneratórias.....	709
14.2.7. Ônus da prova e questões sobre jornada de trabalho e cartões de ponto.....	712
14.2.8. Ônus da prova e equiparação salarial .....	722
14.2.9. Ônus da prova e diferenças de remuneração variável .....	722
14.2.10. Ônus da prova e devolução da CTPS .....	723
14.2.11. Ônus da prova e o princípio da continuidade da relação de emprego.....	724
14.2.12. Ônus da prova e assédio moral – o dano in re ipsa .....	725
14.2.13. Ônus da prova e TRCT assinado .....	725
14.2.14. Ônus da prova e recolhimento do FGTS .....	726
14.2.15. Ônus da prova e dispensa discriminatória.....	727
14.2.16. Ônus da prova e retificação de PPP.....	731
14.2.17. Ônus da prova e interrupção da prescrição.....	732
14.2.18. Ônus da prova e desconhecimento do fato pelo preposto.....	733
14.2.19. Ônus da prova e culpa exclusiva da vítima .....	733
14.2.20. Ônus da prova e dano existencial.....	734
14.2.21. Ônus da prova e confissão ficta do reclamante .....	735
14.2.22. Ônus da prova e abono pecuniário .....	737
14.2.23. Ônus da prova e cota de contratação de pessoas com deficiência.....	738
14.2.24. Ônus da prova e cerceamento do direito de defesa .....	739
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>741</b>